

Operação grandiosa. Em números e dúvidas

Megacapitalização pode movimentar mais de US\$ 75 bi

Números grandiosos, polêmicas e dúvidas ainda sem resposta envolvem a megacapitalização da Petrobrás. A operação foi desenhada pelo governo para garantir os recursos para a empresa bancar seus planos de investimentos nos próximos anos, não apenas no pré-sal. A Petrobrás prevê o desembolso total de US\$ 174,4 bilhões entre 2009 e 2013. Considerando apenas o pré-sal, serão US\$ 111,4 bilhões no período 2009-2020.

Maior acionista da companhia, com participação de 32,1% no capital, a União fará seu aporte com 5 bilhões de barris de petróleo. Como o óleo ainda não foi extraído, serão contratadas duas consultorias internacionais para calcular o valor desses 5 bilhões de barris. Segundo a estatal, será algo entre US\$ 4 e US\$ 12/barril.

Apenas quando essa definição ocorrer é que se saberá exatamente o valor total da capitalização. Se as consultorias avaliarem, por exemplo, em US\$ 5 o barril, o aporte da União equivaleria a US\$ 25 bilhões (pagos, em um primeiro momento, em títulos públicos, uma vez que o óleo ainda não foi extraído).

Como o Estado tem quase um terço do capital da empresa, isso significaria uma capitalização total de aproximadamente US\$ 75 bilhões, de longe a maior operação do gênero no mundo – hoje, a liderança é do banco chinês ICBC, com pouco mais de US\$ 19 bilhões.

Nesse exemplo, US\$ 50 bilhões teriam de ser subscritos pelos minoritários. A expectativa de analistas é de que nem todos tenham dinheiro para entrar na operação. Com isso, terão diluída a participação na empresa. Para evitar eventual sensação de fracasso da operação, o governo informou que absorverá os papéis que não forem comprados pelo mercado.



PRÉ-SAL - Navio-plataforma sobre campo de Tupi, na Bacia de Santos

NÚMEROS

5 bilhões de barris de petróleo serão 'pagos' pela União à Petrobrás na operação

32,1%

é a participação da União no capital da Petrobrás

US\$ 111,4 bi

é o plano de investimentos da estatal no pré-sal de 2009 a 2020

Tomando por base os dados do início da semana passada, o analista Victor de Figueiredo, da Planner Corretora, calcula que quem possui hoje 100 ações, teria de comprar 33 ou 34 papéis da oferta para manter a fatia que detém na companhia. No caso de papéis preferenciais, significaria quase R\$ 1.200.

A analista Mônica Araújo, da Corretora Ativa, diz que há "milhões de dúvidas" sobre o processo. Ela destaca três: 1) o valor do aporte da União (tecnicamente chamado de cessão

onerosa); 2) cronograma apertado para aprovação no Congresso; 3) credibilidade na definição do valor dos barris que o governo dará no aporte. "A Petrobrás está tentando dar transparência a isso, mas sempre fica a dúvida: para quem é bom?"

Daniel Alberini, analista da Infinity Asset Management, acrescenta mais uma dúvida: 24 meses depois que o contrato entre Petrobrás e União for assinado, haverá revisão no valor do preço do barril cedido pelo Estado à empresa. "De quanto seria esse ajuste?", indaga.

Com o prazo para votação apertado, o mercado especula alternativas para a estatal se financiar. Uma delas seria um empréstimo de R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que garantiria dois anos de investimento. O presidente do banco, Luciano Coutinho, negou a possibilidade. ● L.M.